

# NA TERRA DOS TAPIRAPÉ

## Os fazendeiros querem as terras que os tapirapé ocupam desde 1950. A quem o governo dará as terras?



**E**les já foram mais de mil, no início do século. Em 1952, quando ali chegaram as Irmãzinhas de Jesus, os tapirapé eram pouco mais de 50. Atualmente eles são 150, mas poderão desaparecer, se seus atuais inimigos, os fazendeiros, conseguirem tomar suas terras. No Nordeste do Mato Grosso. Há dias, o Conselho Indigenista Missionário, Cimi, divulgou carta enviada à Funai, em que denuncia a fazenda Tapiraguaiá que, com incentivos da Sudam, está criando gado em 20 mil hectares que sempre pertenceram aos tapirapé.

A aldeia tapirapé fica na beira de um lago. A dois quilômetros dela, onde o Tapirapé desemboca no Araguaia, há uma aldeia de índios karajá e a sede do Posto da Funai. As duas aldeias estão subordinadas a esse posto. Mas os tapirapé dependem menos da Funai que da Missão religiosa que cuida do ensino e da saúde da tribo.

O trabalho das Irmãzinhas de Jesus é um dos poucos empreendimentos missionários aceitos e até elogiados por antropólogos que sempre fazem muitas restrições à catequese dos índios.

### Tapirapé e Karajá

Apenas uma vez as Irmãzinhas reconhecem que interferiram num elemento da cultura tapirapé. O antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira conta que, quando as religiosas chegaram à aldeia, há 23 anos, as famílias tapirapé eram muito pequenas e a população total, bastante reduzida. Perceberam, então, que isso se devia ao fato de os tapirapé praticarem um rigoroso controle demográfico: ao nascer o terceiro filho de um casal, a criança somente sobreviveria se não fossem os três do mesmo sexo; ou seja, admitiam-se apenas dois meninos e uma menina, ou duas meninas e um menino. E, de qualquer forma, um quarto filho não teria a menor chance de vir a ser criado. Os recém-nascidos indesejáveis eram enterrados vivos sob a rede da mãe. Tão preocupadas com o costume em si quanto com sua inoportuna oportunidade numa época em que a tribo estava quase desaparecendo, as Irmãzinhas pediram a uma índia gestante, cujo filho não seria criado,

dos seus vizinhos karajá, cuja atividade maior é a pesca. Os karajá plantam muito pouco, quase só mandioca para fazer farinha. Mas fabricam canoas e panelas de barro que trocam por produtos das roças dos tapirapé. Mas, é sobretudo no processo aculturativo e suas consequências que se nota a maior diferença: com outras cinco aldeias localizadas na Ilha do Bananal e mais uma em Mato Grosso, os karajá da foz do rio Tapirapé têm contato antigo, com as populações sertanejas de lavradores que desbravaram aquela parte da Amazônia. Desses indivíduos eles ficaram conhecendo não só a língua, como também a cachaça, a prostituição, a tuberculose e outras mazelas que abalaram sua saúde e a cultura. Já os tapirapé ficaram menos expostos a esses contatos. Em parte pela localização de sua aldeia, mais escondida que as dos karajá; em parte, certamente, pela presença das Irmãzinhas de Jesus, que procuraram controlar, com firmeza, a presença de pessoas estranhas à aldeia.

Ocorre que muitos elementos civilizatórios foram levados até os tapirapé pelos próprios karajá. Estes, mais desenvolvidos e maliciosos, exercem até hoje forte influência sobre seus vizinhos, que aceitam passivamente, por exemplo, que muitas doenças inexplicáveis tenham sido causadas por feitiços dos karajá. Como seus *pátxe* (pajés) foram todos massacrados pelos kaiapó, não resta aos tapirapé outra alternativa senão procurar os feiteiros karajá — que sempre cobram por seus serviços.

### Indiço comum

Não existe, entretanto, qualquer ressentimento entre as duas tribos (aliás, devido à escassez de mulheres entre os tapirapé, os rapazes dessa tribo se casam frequentemente com moças karajá). Na verdade, elas estão unidas para enfrentar um inimigo comum: a Tapiraguaiá S/A Agrícola e Pecuária, uma das cinco fazendas que os empresários José Augusto Leite de Medeiros e José Carlos Pires Carneiro, de São Paulo, possuem naquela região, com quase 300 mil hectares. Juntamente com as agropecuárias Codeara (do grupo Banco de Crédito Nacional) e Porto Velho (dos

1950 e 53, no ponto atual. O fato de se terem aproximado do Araguaia, entretanto, não afastou os tapirapé de suas origens: até hoje eles sobem frequentemente o rio Tapirapé até os campos do Urubu Branco, para buscar o *taquari* (um bambu com que fazem suas flechas) e para procurar ença, que já está rareando nas proximidades da aldeia nova, devido ao cerco feito pelas fazendas com suas derrubadas.

### Terras requeridas

A alienação das terras devolutas do Norte matogrossense pelas autoridades estaduais começou na década de 50. A 1ª de dezembro de 1959, o Departamento de Terras e Colonização do Mato Grosso — DTC — alienou, com a assinatura do governador Ponce de Arruda, uma área de 8.200 hectares onde se encontravam as aldeias dos tapirapé e dos karajá. O novo "proprietário", Milton Machado Barbosa, pagou ao DTC o preço simbólico de "Cr\$ 7 por hectare para as terras de pasto e de Cr\$ 10 para as agrícolas". (Traduzidos para a moeda atual, esses valores seriam, respectivamente, 7/10 de centavo e um centavo.) Milton Barbosa vendeu essa gleba para a Tapiraguaiá que, entre os anos de 61 e 62, comprou de diversos *requerentes* outras áreas também pertencentes aos tapirapé. A ocupação da região pelos empresários paulistas caminhava lenta, mas firmemente: Codeara, Porto Velho e outras companhias iam se instalando, sem perguntar se existiam ali índios ou posseiros.

Em julho de 1967, percebendo que a invasão das terras indígenas poderia causar problemas, a Tapiraguaiá resolveu "legalizar" a situação, "doando" aos tapirapé 9.230 hectares: a gleba que tinha sido requerida ao DTC por Milton Barbosa, mais outra pequena área. Com a conivência do chefe do Posto do então SPI — Serviço de Proteção aos Índios — no Tapirapé, Ismael da Silva Leitão, a "doação" foi registrada num cartório de Goiânia. Para os tapirapé, que desconheciam essa e as anteriores transações com suas terras, o problema começou a se configurar com as atividades predatórias da Tapiraguaiá, que passou a derrubar centenas de hectares de mata para a formação de pastos. Logo surgiram as cercas de arame farpado, e aos índios não restou outra saída senão demarcar por conta própria o que restava, para ao menos frear o avanço da fazenda.

Durante todo esse tempo, o SPI — e depois a Funai — não demarcaram a área dos tapirapé. Por isso, em novembro do ano passado, o padre Antônio Iasi, então assessor do Cimi para assuntos de terra (e atualmente secretário-executivo do órgão), encaminhou à Funai um minucioso levantamento, ao fim do qual pedia a definitiva demarcação da reserva tapirapé, compreendendo todo o *habitat natural* da tribo, ou seja, as terras próximas da aldeia, área de mata para lavoura e todo o espaço de *deambulação* dos índios. Iasi justificava a proposta de se reservarem quase 70 mil hectares pelo fato, entre outros, de serem duas as tribos beneficiadas.

A nova demarcação atingiria pelo menos 40 mil hectares da fazenda Porto Velho, 10 mil da Codeara e mais 10 mil da Tapiraguaiá. Ao saberem que a Funai estaria encaminhando a criação da reserva de acordo com a proposta do Cimi, os diretores das três agropecuárias pediram ao general Ismarth Oliveira, presidente do órgão, o reexame do assunto. Os fazendeiros alegaram que "o perímetro cogitado abrangia propriedades das requerentes já com pastos formados, cercas, sede, estradas, benfeitorias, culturas etc." Lembraram a "doação" feita em 1967, dizendo que ela tinha uma área "muitas vezes superior ao máximo fixado pelo Incra como unidade familiar, considerando-se que a população da aldeia, inclusive crianças, gira em torno de cem pessoas".

Os empresários não se referiram aos 120 karajá que também vivem ali. Aliás, numa entrevista a *O Estado de S. Paulo*, na semana passada, Medeiros, diretor da Tapiraguaiá, chegou a afirmar que "não tem nenhum karajá ali" — os karajá estão todos na Ilha do Bananal.

Ao alegar, no ofício à Funai, que a área "doada" era "mais do que suficiente para abrigar os índios, os fazendeiros e posseiros que os pastos que estão formando, numa área muitas vezes superior à da futura reserva, não abrigarão quaisquer pessoas, mas apenas bois. Uma das empresas do grupo Medeiros/Carneiro, a *Frenosa* (90 mil hectares) já está em litígio com posseiros do povoado de *Porto Alegre*, que vivem ali há 20 e até 30 anos. E a Codeara é a mesma empresa que, de 1965 a 1973, tentou expulsar os posseiros do povoado de Santa Terezinha, provocando sérios conflitos na região.

Enquanto a Codeara e a Tapiraguaiá pagavam, em agosto, uma firma de topografia de São Paulo



**L**es já foram mais de mil, no início do século. Em 1952, quando ali chegaram as Irmãzinhas de Jesus, os tapirapé eram pouco mais de 50. Atualmente eles são 150, mas poderão desaparecer, se seus atuais inimigos, os fazendeiros, conseguirem tomar suas terras, no Nordeste do Mato Grosso. Há dias, o Conselho Indigenista Missionário, Cimi, divulgou carta enviada à Funai, em que denuncia a fazenda Tapiraguaiá que, com incentivos da Sudam, está criando gado em 20 mil hectares que sempre pertenceram aos tapirapé.

A aldeia tapirapé fica na beira de um lago. A dois quilômetros dela, onde o Tapirapé desemboca no Araguaia, há uma aldeia de índios karajá e a sede do Posto da Funai. As duas aldeias estão subordinadas a esse posto. Mas os tapirapé dependem menos da Funai que da Missão religiosa que cuida do ensino e da saúde da tribo.

O trabalho das Irmãzinhas de Jesus é um dos poucos empreendimentos missionários aceitos e até elogiados por antropólogos que sempre fazem muitas restrições à catequese dos índios.

#### Tapirapé e Karajá

Apenas uma vez as Irmãzinhas reconheceram que interferiram num elemento da cultura tapirapé. O antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira conta que, quando as religiosas chegaram à aldeia, há 23 anos, as famílias tapirapé eram muito pequenas e a população total, bastante reduzida. Perceberam, então, que isso se devia ao fato de os tapirapé praticarem um rigoroso controle demográfico: ao nascer o terceiro filho de um casal, a criança somente sobreviveria se não fossem os três do mesmo sexo; ou seja, admitiam-se apenas dois meninos e uma menina, ou duas meninas e um menino. E, de qualquer forma, um quarto filho não teria a menor chance de vir a ser criado. Os recém-nascidos indesejáveis eram enterrados vivos sob a rede da mãe. Tão preocupadas com o costume em si quanto com sua inoportunidade numa época em que a tribo estava quase desaparecendo, as Irmãzinhas pediram a uma índia gestante, cujo filho não seria criado, que lhes desse o nenê, pois elas "não tinham marido, mas gostavam muito de crianças". Quando o indiozinho nasceu, as freiras carregaram-no para casa, alimentando-o com leite em pó, sob os olhares apreensivos de toda a aldeia. No dia seguinte a mãe foi buscar a criança: o instinto materno fora mais forte, e a criança foi assumida pelos pais. Atualmente há casais tapirapé com até oito filhos.

Agricultores sedentários, os tapirapé diferem

dos seus vizinhos karajá, cuja atividade maior é a pesca. Os karajá plantam muito pouco, quase só mandioca para fazer farinha. Mas fabricam canoas e painéis de barro que trocam por produtos das roças dos tapirapé. Mas, é sobretudo no processo aculturativo e suas consequências que se nota a maior diferença: com outras cinco aldeias localizadas na Ilha do Bananal e mais uma em Mato Grosso, os karajá da foz do rio Tapirapé têm contato antigo, com as populações sertanejas de lavradores que desbravaram aquela parte da Amazônia. Desses indivíduos eles ficaram conhecendo não só a língua, como também a cachaça, a prostituição, a tuberculose e outras mazelas que abalaram sua saúde e a cultura. Já os tapirapé ficaram menos expostos a esses contatos. Em parte pela localização de sua aldeia, mais escondida que as dos karajá; em parte, certamente, pela presença das Irmãzinhas de Jesus, que procuraram controlar, com firmeza, a presença de pessoas estranhas à aldeia.

Ocorre que muitos elementos civilizatórios foram levados até os tapirapé pelos próprios karajá. Estes, mais desenvolvidos e maliciosos, exercem até hoje forte influência sobre seus vizinhos, que aceitam passivamente, por exemplo, que muitas doenças inexplicáveis tenham sido causadas por feitiços dos karajá. Como seus *pátêx* (pajés) foram todos massacrados pelos kaiapó, não resta aos tapirapé outra alternativa senão procurar os feiticeiros karajá — que sempre cobram por seus serviços.

#### Inimigo comum

Não existe, entretanto, qualquer ressentimento entre as duas tribos (aliás, devido à escassez de mulheres entre os tapirapé, os rapazes dessa tribo se casam frequentemente com moças karajá). Na verdade, elas estão unidas para enfrentar um inimigo comum: a Tapiraguaiá S/A Agrícola e Pecuária, uma das cinco fazendas que os empresários José Augusto Leite de Medeiros e José Carlos Pires Carneiro, de São Paulo, possuem naquela região, com quase 300 mil hectares. Juntamente com as agropecuárias Codeara (do grupo Banco de Crédito Nacional) e Porto Velho (dos Fertilizantes IAP), a Tapiraguaiá ocupa as terras das antigas aldeias e campos de caça dos tapirapé. Como a área indígena é unificada para as duas tribos, os karajá também estão sendo prejudicados pelas companhias latifundiárias.

É relativamente recente a presença dos tapirapé na foz do rio que tem seu nome. Antes de 1950, eles habitavam as nascentes do rio, a Oeste de onde hoje se encontram. Eram várias aldeias que, dizimadas pelos kaiapó, vieram a reunir-se, entre

tivamente, 1/10 de centavo e um centavo. Milton Barbosa vendeu essa gleba para a Tapiraguaiá que, entre os anos de 61 e 62, comprou de diversos requerentes outras áreas também pertencentes aos tapirapé. A ocupação da região pelos empresários paulistas caminhava lenta, mas firmemente: Codeara, Porto Velho e outras companhias iam se instalando, sem perguntar se existiam ali índios ou posseiros.

Em julho de 1967, percebendo que a invasão das terras indígenas poderia causar problemas, a Tapiraguaiá resolveu "legalizar" a situação. "doando" nos tapirapé 9.230 hectares: a gleba que tinha sido requerida no DTC por Milton Barbosa, mais outra pequena área. Com a convicção do chefe do Posto do então SPI — Serviço de Proteção aos Índios — no Tapirapé, Ismael da Silva Leitão, a "doação" foi registrada num cartório de Goiânia. Para os tapirapé, que desconheciam essa e as anteriores transações com suas terras, o problema começou a se configurar com as atividades predatórias da Tapiraguaiá, que passou a derrubar centenas de hectares de mata para a formação de pastos. Logo surgiram as cercas de arame farpado, e aos índios não restou outra saída senão demarcar por conta própria o que restava, para ao menos frear o avanço da fazenda.

Durante todo esse tempo, o SPI — e depois a Funai — não demarcaram a área dos tapirapé. Por isso, em novembro do ano passado, o padre Antônio Iasi, então assessor do Cimi para assuntos de terra (e atualmente secretário-executivo do órgão), encaminhou à Funai um minucioso levantamento, ao fim do qual pedia a definitiva demarcação da reserva tapirapé, compreendendo todo o *habitat natural* da tribo, ou seja, as terras próximas da aldeia, área de mata para lavoura e todo o espaço de *dambulção* dos índios. Iasi justificava a proposta de se reservarem quase 70 mil hectares pelo fato, entre outros, de serem duas as tribos beneficiadas.

A nova demarcação atingiria pelo menos 40 mil hectares da fazenda Porto Velho, 10 mil da Codeara e mais 10 mil da Tapiraguaiá. Ao saberem que a Funai estaria encaminhando a criação da reserva de acordo com a proposta do Cimi, os diretores das três agropecuárias pediram ao general Ismarth Oliveira, presidente do órgão, o reexame do assunto. Os fazendeiros alegaram que "o perímetro cogitado abrangia propriedades das requerentes já com pastos formados, cercas, sede, estradas, benfeitorias, culturas etc." Lembraram a "doação" feita em 1967, dizendo que ela tinha uma área "muitas vezes superior ao máximo fixado pelo Incra como unidade familiar, considerando-se que a população da aldeia, inclusive crianças, gira em torno de cem pessoas".

Os empresários não se referiram aos 120 karajá que também vivem ali. Aliás, numa entrevista a *O Estado de S. Paulo*, na semana passada, Medeiros, diretor da Tapiraguaiá, chegou a afirmar que "não tem nenhum karajá ali: os karajá estão todos na Ilha do Bananal".

Ao alegar, no ofício à Funai, que a área "doada" era "mais do que suficiente" para abrigar os índios, os fazendeiros esqueceram que os pastos que estão formando, numa área muitas vezes superior à da futura reserva, não abrigarão quaisquer pessoas, mas apenas bois. Uma das empresas do grupo Medeiros/Carneiro, a *Frenosa* (96 mil hectares) já está em litígio com posseiros do povoado de Porto Alegre, que vivem ali há 20 e até 30 anos. E a Codeara é a mesma empresa que, de 1965 a 1973, tentou expulsar os posseiros do povoado de Santa Terezinha, provocando sérios conflitos na região.

Enquanto a Codeara e a Tapiraguaiá pagavam, em agosto, uma firma de topografia de São Paulo para demarcar seus limites, confirmando os tapirapé, o Presidente da Funai afirmava em Brasília que havia designado uma comissão para estabelecer a área indígena. Resta saber a que interesses a Funai atenderá: se aos dos tapirapé e karajá, apresentados no relatório e na recente carta do Cimi; ou aos dos latifundiários, que pretendem demonstrar que "os índios já têm terra suficiente, e o pedido de aumento é uma necessidade artificial criada pelos missionários".